

Opinião: “A economia circular e as PME”

24 de Novembro, 2016

Por Eng^o Carlos Iglézias, presidente da Direção da APEMETA

Sendo desejáveis e urgentes as vantagens inerentes à transição para um modelo de economia circular é também inquestionável, como a própria Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, de 25 de setembro de 2014, COM(2014)398 final/2, o refere “a transição para uma economia mais circular exige mudanças em todas as cadeias de valor, desde a conceção dos produtos até novos modelos empresariais e de mercado”.

A transição para uma economia circular e o alcance das metas associadas à mesma, acabar com os resíduos na Europa e em simultâneo aumentar o PIB da EU em 3,9 % através da criação de novos mercados e produtos, passa necessariamente pelas PME pelos seus gestores, quadros, trabalhadores, assessores, consultores, clientes e fornecedores.

Em Portugal, reportando-nos a dados de 2013, as PME representam 99,9% do tecido empresarial nacional, 79 % do emprego e são responsáveis por 54% do volume de negócios do sector empresarial português.

Conhecendo-se o peso das PME no tecido económico e social em Portugal (e na Europa, em que representam 99% do número total de empresas e 67% do emprego), é prioritário que se reflita:

- sobre o papel das PME no necessário trajeto para alcançar as metas e objetivos colocados pelos desafios da Economia Circular;
- quais são os obstáculos que se colocam ao seu alcance;
- quais os instrumentos nacionais e comunitários à disposição das PME para ultrapassar esses mesmos obstáculos.

Conhecemos a divulgação de políticas e de medidas legislativas que impõem novos paradigmas e novas metas mas escasseiam as medidas que no terreno vão ao encontro das PME e dos seus recursos humanos que viabilizem as urgentes decisões de curto e médio prazo para a necessária transição.

Na atual conjuntura de extrema exigência financeira faltam os apoios às PME para alterar comportamentos, infraestruturas, modelos empresariais e as tecnologias que suportam o modelo existente e que queremos transformar em benefício da sustentabilidade e racionalização do uso dos recursos.

É necessário garantir, no curto prazo, o acesso à informação e o acesso a financiamento que viabilize o suporte técnico, económico e financeiro de iniciativas que visem a eficiência na utilização dos recursos e simultaneamente a sustentabilidade dos incumbentes e a expectável emergência de novos empreendedores.

São as PME as principais criadoras de emprego, na Europa 85 % de novos postos de trabalho são criados em PME, e são também estas que serão mais afetadas pela alteração dos modelos de negócio que a transição para a economia circular imporá.

Só uma política integrada de capacitação dos recursos humanos, de incentivos à alteração de processos, de sensibilização de mercados suportará uma transição empenhada e inclusiva evitando-se efeitos disruptivos nos mercados, no tecido empresarial e consequentemente na sociedade.

É neste contexto que as associações têm um papel relevante na sensibilização dos empresários, dos consumidores, dos decisores políticos para a necessidade urgente de adequar os instrumentos existentes, em particular os dirigidos às PME, à transição para a economia circular para que se ultrapasse a etapa política e legislativa e se passe ao “terreno” assumindo-se experiências, avaliando-se resultados de forma a tratar de forma diferenciada o que é diferente.

Só desta forma alcançaremos os resultados porque todos lutamos.

**Este artigo pode ser lido na íntegra na Edição Nº73 da Ambiente Magazine.*